do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, e do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, é celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Centro, representada pelo seu presidente do conselho de administração, Fernando Carlos Branco Marques Andrade, adiante designada como primeira outorgante, e a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, representada pelo seu presidente, João Agostinho Pinto Pereira, adiante designada como segunda outorgante, um contrato-programa que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente contrato-programa tem por objecto a cooperação técnica e financeira para a construção de um edifício destinado ao funcionamento da Extensão de Saúde de Branca do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha e à remodelação e ampliação do serviço de atendimento permanente (SAP) do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha.

Cláusula 2.ª

Obrigações

No que diz respeito à Extensão de Saúde de Branca do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha compete à primeira outorgante:

- Elaborar o programa funcional de acordo com as directrizes traçadas pela Direcção-Geral da Saúde;
- Aprovar a localização do edifício;
- Aprovar o projecto de execução;
- Lançar a obra a concurso e promover a sua adjudicação;
- Financiar a construção do edifício, desde que o valor do investimento não ultrapasse € 775 000, IVA incluído.

Compete à segunda outorgante:

- Disponibilizar o terreno para a construção;
- Elaborar o projecto do edifício de acordo com o programa funcional apresentado pela primeira outorgante, garantindo que a solução apresentada será adjudicada por valor não superior a € 775 000, IVA incluído;
- Realizar os arruamentos e as infra-estruturas (águas, esgotos, gás e electricidade) e assegurar a manutenção dos arranjos exteriores do edifício.

No que diz respeito ao Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, compete à primeira outorgante:

- Elaborar o programa funcional de acordo com as directrizes traçadas pela Direcção-Geral da Saúde;
- Aprovar o projecto da obra.

Compete à segunda outorgante:

- Elaborar o projecto da obra de acordo com as orientações da primeira outorgante, e desde logo tendo em atenção a estrutura física já existente;
- Fazer aprovar o projecto junto pela primeira outorgante;
- Lançar a obra a concurso e adjudicá-la;
- Financiar a obra na sua totalidade.

Cláusula 3.ª

Encargos e execução das obras

1 — A previsão de encargo no que respeita à construção do edifício destinado à Extensão de Saúde de Branca do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha não poderá exceder a importância de € 775 000, IVA incluído.

2 — A previsão do encargo no que se refere à obra de remodelação e ampliação do SAP do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha é de € 315 000, IVA incluído.

Cláusula 4.ª

Execução e fiscalização da obra

1 — Para efeitos de coordenação e acompanhamento de cada uma das obras, deve ser constituída uma comissão composta por um representante de cada uma das outorgantes.

2 — As comissões constituídas nos termos do número anterior devem emitir parecer quanto a reclamações, prorrogações, revisões, alterações e rescisões no âmbito das empreitadas em causa.

3 — As comissões referidas fiscalizarão as obras e procederão à conferência da facturação em função dos autos de medição apresentados.

Cláusula 5.ª

Responsabilidade financeira

Os encargos resultantes do presente contrato-programa serão suportados por verbas do PIDDAC e por verbas do orçamento da Câmara

Municipal de Albergaria-a-Velha, ressalvando-se no que tange à primeira obra (Extensão de Saúde de Branca) a possibilidade de ser promovida candidatura à medida n.º 3.8 do Plano Operacional do Centro — III QCA.

Cláusula 6.ª

Horizonte temporal de execução

1 — O processo de construção da Extensão de Saúde de Branca terá a duração previsível de 450 dias.

2 — As obras de remodelação e ampliação do SAP do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha terão a duração previsível de cinco meses.

Cláusula 7.ª

Propriedade do novo imóvel

O edifício destinado à Extensão de Saúde de Branca do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha será propriedade da Administração Regional de Saúde do Centro, Sub-Região de Saúde de Aveiro.

Cláusula 8.ª

Casos omissos

Os casos omissos serão objecto de acordo entre as outorgantes, com respeito pelo disposto na lei vigente.

28 de Janeiro de 2005. — Pela Administração Regional de Saúde do Centro, *Fernando Carlos Branco Marques Andrade*. — Pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, *João Agostinho Pinto Pereira*.

Homologo.

28 de Janeiro de 2005. — A Secretária de Estado da Saúde, *Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos*.

Contrato n.º 970/2005. — *Centro de Saúde de São João da Madeira*. — Nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, e da alínea n) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, é celebrado, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, representada pelo seu presidente do conselho de administração, Fernando Carlos Branco Marques Andrade, adiante designada como primeira outorgante, e a Câmara Municipal de São João da Madeira, representada pelo seu presidente, Manuel Castro Almeida, adiante designada como segunda outorgante, um contrato-programa que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente contrato-programa tem por objecto a cooperação técnica e financeira para a execução dos arranjos exteriores do Centro de Saúde de São João da Madeira.

Cláusula 2.ª

Obrigações

1 — A primeira outorgante obriga-se a:

- Aprovar o projecto de arranjos exteriores elaborado pela segunda outorgante;
- Financiar o movimento de terras para implantação do edifício no valor de € 63 242,19 (valor a que será acrescido o IVA à taxa legal em vigor), correspondentes ao diferencial entre o volume de trabalho executado (24 947,48 m³) e o volume de trabalho previsto no projecto inicial (5060 m³), ao preço contratual de € 3,18/m³, diferencial provocado pela necessidade de alterar a implantação do edifício;
- Financiar a empreitada de arranjos exteriores até ao limite de € 293 811, a que acresce o IVA à taxa de 5 %.

2 — A segunda outorgante obriga-se a:

- Elaborar o projecto de arranjos exteriores do Centro de Saúde;
- Assumir o compromisso de suportar os encargos decorrentes de eventuais erros e omissões do projecto;
- Lançar a obra a concurso e promover o acompanhamento e a fiscalização dos trabalhos;
- Assumir, como data limite para conclusão dos trabalhos, o dia 30 de Abril de 2005;
- Financiar a empreitada de arranjos exteriores nos valores que excederem a importância de € 293 811, a que acresce o IVA à taxa de 5 %.

Cláusula 3.ª

Responsabilidade financeira

Os encargos resultantes do presente contrato-programa serão suportados por verbas do PIDDAC a inscrever no orçamento da Admi-

nistração Regional de Saúde do Centro e por verbas do orçamento da Câmara Municipal de São João da Madeira.

Cláusula 4.^a

Horizonte temporal da execução

O processo de execução dos arranjos exteriores do Centro de Saúde de São João da Madeira terá a duração previsível de seis meses, devendo ser iniciado em 2004 e concluído em 2005.

Cláusula 5.^a

Cláusula revogatória

Este contrato-programa revoga as obrigações previstas na alínea c) do n.º 1 e na alínea c) do n.º 2 da cláusula 2.^a do anterior contrato-programa.

Cláusula 6.^a

Casos omissos

Os casos omissos serão objecto de acordo entre as partes, com observância pelo disposto na lei vigente.

31 de Janeiro de 2005. — Pela Administração Regional de Saúde do Centro, o Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Carlos Branco Marques Andrade*. — Pela Câmara Municipal de São João da Madeira, o Presidente, *Manuel Castro Almeida*.

Homologo.

3 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Mário Patinha Antão*.

Despacho (extracto) n.º 8349/2005 (2.^a série). — A fim de prover o cargo de director de serviços de saúde, procedeu-se à publicitação da vaga, de acordo com o estipulado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na bolsa de emprego público e num jornal de expansão nacional.

Foram apresentadas três candidaturas, tendo o coordenador sub-regional concluído, no âmbito da competência que lhe foi delegada por deliberação de 7 de Outubro de 2004 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, que a candidatura do licenciado António Luís de Castro Pereira é a que melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço. Tal escolha assenta, essencialmente, no facto de o referido licenciado possuir experiência comprovada e efectiva do desempenho das funções de director de serviços de saúde.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e por deliberação de 11 de Fevereiro de 2005 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, foi autorizada a nomeação do licenciado António Luís de Castro Pereira como director de serviços de saúde da Sub-Região de Saúde de Aveiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, por urgente conveniência de serviço, com efeitos à data do despacho de nomeação, ao abrigo do artigo 21.º da lei supracitada.

Nota curricular

Nome — António Luís de Castro Pereira.

Data e local de nascimento — 10 de Junho de 1954, em Escapães, Santa Maria da Feira.

Habilitações — licenciatura em Medicina pela Universidade de Coimbra.

Formação profissional:

Área da saúde;

Saúde oncológica;
Saúde orto/traumatológica;
Problemática face ao álcool;
Saúde materna;
Saúde infantil;

Área da formação de orientadores — VIII Oriente — formação de orientadores em clínica geral;

Área de gestão:

Gestão e certificação da qualidade nos serviços de saúde;
O processo do planeamento participado nos centros de saúde;
Organização e condução de reuniões;
Liderança e tomada de decisão;
Desenvolvimento da criatividade e inovação dos serviços de saúde;
Comunicação e relações públicas;
Qualidade na Administração Pública — a carta da qualidade;
Fiscalização prévia do Tribunal de Contas;

Estatuto Disciplinar na perspectiva da instrução de processos;

Auditoria clínica;

Área das relações humanas — relações interpessoais;
Área da informática:

Introdução à informática;
Tratamento de texto.

Experiência profissional:

1980 — internato geral no Centro Hospitalar Aveiro Norte, com estágio de saúde pública no Centro de Saúde de São João da Madeira;

1982 — serviço médico à periferia no concelho de Porto Santo e ingresso no serviço militar obrigatório;

1983 — ingressa na carreira médica de clínica geral, colocado no concelho de Santo Tirso;

1985 — colocado na Sub-Região de Saúde de Aveiro, Centro de Saúde de Arouca;

1991 — obtém o grau de generalista;

1995 — obtém o grau de consultor;

1996 — nomeado director do Centro de Saúde de Arouca, até Abril de 2004, onde desenvolveu múltiplos projectos e acções;

1999 — nomeado chefe de serviço da carreira médica de clínica geral;

2003:

Nomeado assessor técnico do coordenador da Sub-Região de Saúde de Aveiro, sendo responsável pela implementação da rede de cuidados de saúde primários e pelos planos de acção local dos centros de saúde;

Colabora em projectos de optimização e articulação dos cuidados de saúde primários e secundários, bem como com sectores privados e social;

Integra o grupo de avaliação da prescrição e do sistema de controlo da facturação de medicamentos e convencionalizados;

Integra o grupo de auditorias clínicas, tendo desenvolvido uma auditoria a um centro de saúde;

Integra o grupo de telemedicina da Sub-Região de Saúde e acompanha os projectos no âmbito do Aveiro Digital, RTS e RDS;

Integra o grupo de trabalho da Sub-Região de Saúde de Aveiro de acompanhamento do projecto da nova licenciatura em Medicina em parceria com a Universidade de Aveiro;

2004 — nomeado director de serviços de saúde da SRS Aveiro, em regime de substituição.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — O Coordenador, *Paulo Jorge Maia*.

Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Contrato n.º 971/2005. — *Centro de Saúde do Fundão — Extensão de Saúde de Três Povos.* — Ao abrigo do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, e da alínea n) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, é celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Centro, representada pelo seu presidente, Dr. Fernando Carlos Branco Marques Andrade, adiante designada como primeira outorgante, e o município do Fundão, representado pelo seu presidente de Câmara, Dr. Joaquim Manuel Barata Frexes, adiante designado como segundo outorgante, um contrato-programa que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a

Objecto

O presente contrato-programa tem por objecto a cooperação técnica e financeira para a remodelação do espaço das antigas instalações das escolas primárias das Quintãs destinadas a unidade de saúde.

Cláusula 2.^a

Obrigações

1 — À primeira outorgante, no âmbito do presente contrato-programa, cabe:

- Elaborar o programa funcional de acordo com as directivas traçadas pela Direcção-Geral da Saúde (DGS);
- Aprovar o projecto de execução, desde que este tenha sido elaborado de acordo com as directivas traçadas pela DGS